



POLISTAMPO INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.120.079/0001-25, situada à Rua Rio de Janeiro, nº 44 - Bairro Jardim Ruyce, Município de Diadema, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação, conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho. Esta autorização terá vigência por 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta; observados os requisitos do artigo 1º da supracitada Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo a ser observado é conforme fls. 04 do referido processo. A presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da supracitada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

EDUARDO ANASTASI

PORTARIA Nº 89, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46269.003390/2016-03 e conceder autorização à empresa: CENTOPÊ INDÚSTRIA DE MEIAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 66.131.665/0001-42, situada à Rua Laércio Marson, nº 23 - Bairro Portal dos Pílares, Município de Cerquilha, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação, conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho. Esta autorização terá vigência por 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta; observados os requisitos do artigo 1º da supracitada Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo a ser observado é conforme fls. 14 e 15 do referido processo. A presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da supracitada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

EDUARDO ANASTASI

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 3.824, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.500316/2016-18, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos e práticos de Piloto Privado de Avião, Piloto Comercial de Avião e Voo por Instrumentos, dos cursos teóricos de Piloto Privado de Helicóptero e Piloto Comercial de Helicóptero, do curso prático de Instrutor de Voo Avião e do curso de Comissário de Voo do Aeroclube de São José dos Campos, situada à Rodovia dos Tamoios, Km 6,5, Putim, na cidade de São José dos Campos (SP), CEP: 12230-971.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

PORTARIA Nº 8, DE 3 DE JANEIRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.107222/2015-92, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos teóricos de Piloto Privado de Avião, Piloto Comercial de Avião, Instrutor de Voo Avião e Voo por Instrumentos do Acro Time Sharing Serviços Aer náuticos, situada à Av. Santos Dumont, nº 1200, Centro Empresarial Ipitanga, Sala 108, Km 0, Estrada do Coco, na cidade de Lauro de Freitas (BA), CEP: 42700-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017011200037

PORTARIAS DE 6 DE JANEIRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 41 - Autorizar a mudança da sede administrativa da EFA Escola de Aviação Civil Ltda., da Rua Mem de Sá, nº 34, Salas 1103 e 1104 - Icarai, na cidade de Niterói (RJ), CEP: 24.220-261 para a Rua das Margaridas, nº 8 - Novo Horizonte, na cidade de Juiz de Fora (MG), CEP: 36.038-430. Processo nº 00065.152834/2015-30.

Nº 45 - Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos teóricos de Piloto Comercial de Avião - PC-A, Voo por Instrumentos - IFR e Instrutor de Voo de Avião - INVA, e os cursos teóricos e práticos de Instrutor de Voo de Planador - INPL e Piloto Rebocador de Planador - PRBP do AEROCULUBE DE BEBEDOURO, situado à Rodovia Brigadeiro Faria Lima - Km 383, Aeroporto Comte. Luis Martins de Araújo, em Bebedouro (SP), CEP: 14700-200. Processo nº 00065.038140/2016-71. Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

PORTARIA Nº 55, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.142692/2015-01, resolve:

Categoria do aereo- porto	Valor do Adicional tarifário em Dólar dos Estados Unidos (US\$)	Cotação média do dólar dos Estados Unidos para ven- da, em relação ao real, no ano-base 2016 (R\$/US\$)	Valor do Adicional tarifário em reais para o ano-base 2017 (R\$)
1º	18,00	3,4833	62,70
2º	15,00		52,25
3º	12,00		41,80
4º	6,00		20,90

Art. 3º Cabe a cada operador aeroportuário publicar de forma destacada, em tabela própria, o valor, em reais, do adicional tarifário a que se refere esta Portaria, junto às informações das tarifas aeroportuárias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

CLARISSA COSTA DE BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E
COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
UNIDADE REGIONAL DE PARANAGUÁ-PR

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Chefe da Unidade Regional de Paranaguá-PR publicado no DOU de 11 de janeiro de 2017, Seção 1, pág. 63, onde se lê: "... Nº 14 - Processo nº 50313.002291/2015-18..." leia-se: "... Nº 25 - Processo nº 50313.002291/2015-18..."

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.254, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 24, V, art. 26, II e III, e arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, nos termos da Resolução nº 4.777, de 06 de julho de 2015, fundamentada no Voto DEB - 010, de 9 de janeiro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.000863/2017-71, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros deverá disponibilizar as autorizações o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos teórico/prático de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - Célula, Grupo Motopropulsor e Aviônicos (MMA-CEL, MMA-GMP e MMA-AVI) do Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista, mantenedora da Faculdade Campo Limpo Paulista (FACCAMP), situada à Rua Guatemala nº 167, Jardim América, em Campo Limpo Paulista (SP), CEP: 13.231-230.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO
ECONÔMICA DE AEROPORTOS

PORTARIA Nº 23, DE 4 DE JANEIRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, considerando o disposto na Portaria nº 301/SAC/PR, de 11 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Divulgar, para o ano-base 2017, nos termos da Portaria nº 301/SAC/PR, de 11 de dezembro de 2014, a conversão cambial do adicional tarifário instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para a moeda corrente nacional.

Art. 2º O valor, em reais, do adicional tarifário referido no art. 1º, tomou por base a cotação média do dólar dos Estados Unidos da América para venda, em relação ao real, divulgado pelo Banco Central do Brasil no Sistema de Séries Temporais, sob o código de série número 3694, referente ao ano de 2016, conforme tabela abaixo:

Categoria do aereo- porto	Valor do Adicional tarifário em Dólar dos Estados Unidos (US\$)	Cotação média do dólar dos Estados Unidos para ven- da, em relação ao real, no ano-base 2016 (R\$/US\$)	Valor do Adicional tarifário em reais para o ano-base 2017 (R\$)
1º	18,00	3,4833	62,70
2º	15,00		52,25
3º	12,00		41,80
4º	6,00		20,90

Art. 3º Cabe a cada operador aeroportuário publicar de forma destacada, em tabela própria, o valor, em reais, do adicional tarifário a que se refere esta Portaria, junto às informações das tarifas aeroportuárias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

CLARISSA COSTA DE BARROS

Art. 6º As autorizações deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

Razão Social: AFRÍSIO MARINHO FILHO EIRELI
TAF nº: 24.1100 - CNPJ: 00.684.777/0001-12
Razão Social: AGÊNCIA DE VIAGENS TRANS AQUIO
TURISMO LTDA
TAF nº: 31.1726 - CNPJ: 02.177.668/0001-34
Razão Social: ANTONIO TOMAZ CARNEIRO EIRELI
TAF nº: 31.8415 - CNPJ: 05.583.932/0001-28
Razão Social: ATIVA TURISMO E TRANSPORTE EIRELI - ME
TAF nº: 35.0742 - CNPJ: 25.279.697/0001-02
Razão Social: BONAVE TURISMO LTDA
TAF nº: 21.3060 - CNPJ: 01.440.704/0001-48
Razão Social: BÓSIO BRANCO TURISMO LTDA - ME
TAF nº: 31.0869 - CNPJ: 01.704.704/0001-08
Razão Social: BRILHA VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME
TAF nº: 43.0741 - CNPJ: 24.207.584/0001-39
Razão Social: CARLOS ROBERTO FERREIRA TRANS-
PORTES EIRELI - ME
TAF nº: 31.0751 - CNPJ: 13.651.116/0001-32
Razão Social: CDK TRANSPORTE TURISTICO LTDA
TAF nº: 41.1928 - CNPJ: 03.448.410/0001-98
Razão Social: ELAINE COSTA AGENCIA DE VIAGENS
E TURISMO E TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SOB REGIME
DE FRETAMENTO EIRELI - ME
TAF nº: 31.0805 - CNPJ: 17.352.278/0001-20
Razão Social: ELLOS LOCADORA LTDA
TAF nº: 35.0745 - CNPJ: 08.929.207/0001-57
Razão Social: EUROTUR TRANSPORTE E TURISMO LT-
DA - ME
TAF nº: 42.0767 - CNPJ: 22.935.610/0001-10
Razão Social: EXPRESSO BIAGINI TRANSPORTES LTDA
TAF nº: 31.3469 - CNPJ: 02.067.154/0001-26
Razão Social: EXPRESSO CAJURU LTDA - ME

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.